



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
 SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
 ASSESSORIA TÉCNICA E DE ESTUDOS ESPECIAIS

Informação nº: 32/2023 - ATE

Processo nº: 00600-00012.715/2023-31-e

Interessado(a): Ilson Boaventura

Assunto: Monitoramento de Decisões

Ementa: Débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade de militar do CBMDF. Desconto em folha implementado de forma parcelada. Pagamento de valor remanescente com adesão ao REFIS – DF 2020. Diferença de valor ínfimo a favor do imputado. Pela expedição de quitação ao interessado e arquivamento dos autos.

Senhor Secretário-Geral,

O presente processo foi inaugurado para analisar a quitação do débito oriundo de Tomada de Contas Especial que apurou irregularidade no recebimento de indenização de transporte, na passagem para a inatividade do Sr. Ilson Boaventura, militar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), conforme quadro a seguir:

Responsável	Processo de Origem	Valor Original do Prejuízo Apurado (R\$)	Data	Decisão	Acórdão	Data do Acórdão	Valor Imputado (R\$)
Ilson Boaventura	29.650/2012	4 parcelas de 5.247,02	9/2002 a 12/2002	4.809/2015	598/2015	15/10/2015	121.252,28

2. Segundo consulta aos autos de nº 29.650/2012, esta Corte proferiu a Decisão nº 4.809/2015 e o Acórdão nº 598/2015, por meio dos quais foram julgadas irregulares as contas do Sr. Ilson Boaventura, com a imputação do débito ora analisado.



3. Após conhecimento do débito imputado, o responsável não apresentou qualquer espécie de recurso.
4. Apesar de ser devidamente notificado, o militar responsabilizado não comprovou o recolhimento da quantia devida, motivo pelo qual foi providenciado o envio da documentação pertinente ao CBMDF para o desconto em folha de pagamento, conforme o Ofício nº 28/2016 - SECONT.
5. Em resposta, à época, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal informou a implementação do desconto parcelado da dívida nos proventos do referido militar, com início em março de 2016.
6. Posteriormente, por intermédio do Processo nº 00053-00134156/2020-84-e, o CBMDF noticiou a este Tribunal que, após haver ocorrido descontos mensais em folha, houve a integralização do ressarcimento referente ao débito imputado a esse militar, devido à sua adesão ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF/2020.
7. Foram remetidas, no mencionado Processo, cópia de ficha financeira com o desconto mensal em folha e apresentados os registros e informações referentes à adesão ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS – DF 2020, a fim de comprovar essa situação.
8. Esse Programa foi instituído pela Lei Complementar nº 976, de 09 de novembro de 2020 (regulamentada pelo Decreto nº 41.463, de 12 de novembro de 2020). Nos termos do art. 2º dessa Lei Complementar, o REFIS – DF 2020 destinou-se ao incentivo do pagamento de débitos tributários ou não, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, devidos ao Distrito Federal.
9. A referida Lei permitiu a inclusão de débitos oriundos de declarações espontâneas ou lançamentos de ofício cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2018 e de saldos de parcelamentos deferidos referentes a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2018.



10. Feita essas considerações, resta a esta Assessoria verificar a precisão do cálculo do valor pago, parte via desconto em folha de pagamento e parte com as reduções conferidas pela mencionada Lei Complementar.
11. De acordo com os documentos apresentados pela Corporação, o desconto em folha foi implementado nos proventos do militar no mês de março de 2016, a partir de um valor total de R\$ 138.269,14 (cento e trinta e oito mil e duzentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos), atualizado em 10 de março de 2016, conforme e-DOC 0A45C991-e.
12. Além disso, o CBMDF também informou que o saldo devedor no mês de dezembro de 2020 era de R\$ 116.508,28 (cento e dezesseis mil e quinhentos e oito reais e vinte e oito centavos), e, ao aplicar o Decreto nº 41.463, de 12 de novembro de 2020, foi gerado o valor de R\$ 25.951,60 (vinte e cinco mil e novecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos), conforme e-DOC 0A45C991-e.
13. Tal valor foi quitado através do desconto de R\$ 811,39 (oitocentos e onze reais e trinta e nove centavos) na folha de pagamento do mês de dezembro de 2020 e do valor de R\$ 25.140,21 (vinte e cinco mil e cento e quarenta reais e vinte e um centavos) no dia 23 de dezembro de 2020, conforme Guia de Recolhimento da União – GRU (e-DOC 8790B9EF-e).
14. Contudo, a situação em análise deve estar em concordância com a Lei Complementar nº 435/2001 e com a Emenda Regimental nº 13/2003 que era vigente a época.
15. Essa Emenda Regimental estabelecia “critérios de atualização monetária e de cálculo dos juros de mora incidentes sobre os débitos fixados e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal”. De acordo com essa norma, o valor da dívida em questão deveria ser atualizado e acrescido de juros de mora, a partir da data de ocorrência do dano até o último dia do mês anterior ao que se iniciou o recolhimento parcelado, logo até 29 de fevereiro de 2016.
16. Assim, o valor da dívida em 29 de fevereiro de 2016 era de R\$ 137.738,36 (cento e trinta e sete mil e setecentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos), segundo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
ASSESSORIA TÉCNICA E DE ESTUDOS ESPECIAIS

cálculos obtidos por meio do Sistema de Índices e Indicadores Econômicos e de Atualização de Valores – SINDEC, demonstrado abaixo:

Data Original	Valor Original	Descrição	Data Incid. Juros	Data Atualização	Atualização Monetária	Multa	Juros Até 2019	Juros Pós-2019	Valor Corrigido
01/09/2002	R\$ 5.247,02		01/09/2002	29/02/2016	R\$ 8.022,57	R\$ 0,00	R\$ 21.364,04	R\$ 0,00	R\$ 34.633,63
01/10/2002	R\$ 5.247,02		01/10/2002	29/02/2016	R\$ 8.022,57	R\$ 0,00	R\$ 21.231,35	R\$ 0,00	R\$ 34.500,94
01/11/2002	R\$ 5.247,02		01/11/2002	29/02/2016	R\$ 8.022,57	R\$ 0,00	R\$ 21.098,65	R\$ 0,00	R\$ 34.368,24
01/12/2002	R\$ 5.247,02		01/12/2002	29/02/2016	R\$ 8.022,57	R\$ 0,00	R\$ 20.965,95	R\$ 0,00	R\$ 34.235,55

17. No intuito de identificar o saldo da dívida quando da adesão ao REFIS-DF 2020 (dezembro de 2020), confronta-se esse valor total da dívida, com os descontos já realizados, conforme as fichas financeiras apresentadas pelo CBMDF. Dessa forma, apurou-se um valor de R\$ 115.885,80 (cento e quinze mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), conforme demonstrado a seguir:

Saldo fev/16	Valor atualiz	Saldo fev/16	jan/16.	fev/16.	mar/16.	abr/16.	mai/16.	jun/16.	jul/16.	ago/16.	set/16.	out/16.	nov/16.	dez/16.
137.738,36	-	137.738,36	-	-	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46

Saldo dez/16	Valor atualiz	Saldo jan/17	jan/17.	fev/17.	mar/17.	abr/17.	mai/17.	jun/17.	jul/17.	ago/17.	set/17.	out/17.	nov/17.	dez/17.
130.353,76	9.633,14	139.986,90	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46

Saldo dez/17	Valor atualiz	Saldo jan/18	jan/18.	fev/18.	mar/18.	abr/18.	mai/18.	jun/18.	jul/18.	ago/18.	set/18.	out/18.	nov/18.	dez/18.
131.125,38	2.543,83	133.669,21	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46

Saldo dez/18	Valor atualiz	Saldo jan/19	jan/19.	fev/19.	mar/19.	abr/19.	mai/19.	jun/19.	jul/19.	ago/19.	set/19.	out/19.	nov/19.	dez/19.
124.807,69	4.443,15	129.250,84	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46

Saldo dez/19	Valor atualiz	Saldo jan/20	jan/20.	fev/20.	mar/20.	abr/20.	mai/20.	jun/20.	jul/20.	ago/20.	set/20.	out/20.	nov/20.	dez/20.
120.389,32	4.057,12	124.446,44	738,46	738,46	738,46	738,46	738,46	811,39	811,39	811,39	811,39	811,39	811,39	-
														Saldo dez/20
														115.885,80

18. Esse valor diverge do calculado pela Corporação, o qual está demonstrado na planilha de e-DOC: 0A45C991-e (peça nº 3). Pelo registro do CBMDF o saldo da dívida em dezembro de 2020 era de R\$ 116.508,28 (cento e dezesseis mil e quinhentos e oito reais e vinte e oito centavos), e diante desse valor foi aplicado o benefício da Lei de Incentivo.

19. Ressalta-se que o REFIS - DF 2020 possibilitou o pagamento de débitos com percentuais de redução do principal atualizado e também de juros e multas, inclusive as de caráter moratório, nas proporções definidas no art. 4º da Lei Complementar nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
ASSESSORIA TÉCNICA E DE ESTUDOS ESPECIAIS

976/2020. Dentre as opções legais, a condição aderida pelo Sr. Ilson Boaventura foi de redução de 50% do valor principal atualizado (data do fato gerador até 31 de dezembro de 2002) e redução de 95% nos juros e multas, inclusive as de caráter moratório, para pagamento à vista.

20. O CBMDF apresentou memória de cálculo com a inclusão do benefício do REFIS – DF 2020, identificando um saldo devedor de R\$ 25.951,60 (vinte e cinco mil e novecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

21. Porém, como ainda houve um desconto na quantia de R\$ 811,39 (oitocentos e onze reais e trinta e nove centavos), na folha de proventos do militar no mês de dezembro de 2020, o importe exigido ao responsável foi de R\$ 25.140,21 (vinte e cinco mil e cento e quarenta reais e vinte e um centavos), via Guia de Recolhimento da União - GRU.

22. Já pelo cômputo desta Assessoria, o valor da dívida após a aplicação das regras do REFIS – DF 2020 era de R\$ 25.892,37 (vinte e cinco mil e oitocentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos). Após o supracitado desconto em folha no mês de dezembro de 2020, o total a ser recolhido era de R\$ 25.080,98 (vinte e cinco mil e oitenta reais e noventa e oito centavos), consoante a seguinte memória de cálculo:

PROCESSO DE ORIGEM	29.650/2012		
DATA DO FATO	01/09/2002		
DATA DE ATUALIZAÇÃO	29/02/2016		
VALOR ORIGINAL	R\$ 20.988,08		
VALOR DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 32.090,28	% DO VALOR C/ ATUALIZAÇÃO + JUROS + MULTA	
ORIGINAL + ATUALIZAÇÃO	R\$ 53.078,36	38,54%	
JUROS ATÉ 2019	R\$ 84.659,99	61,46%	
JUROS APÓS 2019	-		
MULTA	-		
VALOR ATUALIZADO + JUROS + MULTA	R\$ 137.738,35	DESCONTOS DECORRENTES DO REFIS - DF 2020	
INÍCIO DOS DESCONTOS EM FOLHA	mar/2016.	PRINCIPAL ATUALIZADO - 50%	R\$ 22.331,20
SALDO QUANDO DA ADESSÃO AO REFIS - DF 2020	R\$ 115.885,80	JUROS + MULTAS - 95%	R\$ 3.561,17
PRINCIPAL (38,54%)	R\$ 44.662,39	TOTAL	R\$ 25.892,37
JUROS (61,46%)	R\$ 71.223,41	(-) PARCELA PAGA	R\$ 811,39
		TOTAL A PAGAR REFIS - DF 2020	R\$ 25.080,98
		TOTAL QUE FOI PAGO	25.140,21
		DIFERENÇA	(-) 59,23

23. Dessa forma, registra-se um valor residual de R\$ 59,23 (cinquenta e nove reais e vinte e três centavos) em favor do Sr. Ilson Boaventura, decorrente da discrepância de cálculo aqui demonstrada. Assim, faz-se necessário proceder com a devolução deste valor.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
ASSESSORIA TÉCNICA E DE ESTUDOS ESPECIAIS

24. Portanto, será sugerido determinação ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF para que se faça a devolução dos valores na folha de pagamento do interessado, não se fazendo necessário o retorno do processo ao Tribunal em razão da baixa materialidade dos valores.

25. Ademais, o entendimento desta Assessoria é de que o débito pode ser considerado liquidado, ocasião em que sugere a esta colenda Corte expedir o Acórdão de quitação ao responsável.

26. Do exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento:
 - a) da presente Informação;
 - b) dos documentos encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, por meio do Processo de Comunicação via Barramento de nº 00053-00134156/2020-84-e;
- II. determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF para que se faça a devolução do valor de R\$ 59,23 (cinquenta e nove reais e vinte e três centavos) em favor do Sr. Ilson Boaventura;
- III. expedir quitação ao Sr. Ilson Boaventura em relação ao débito objeto da Decisão nº 4.809/2015 e o Acórdão nº 598/2015, editados em sede do Processo nº 29.650/2012;
- IV. cientificar o interessado; e
- V. autorizar o arquivamento dos presentes autos.

ORIVAM IBIAPINA DA SILVA
Chefe da Assessoria Técnica e de Estudos Especiais



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
ASSESSORIA TÉCNICA E DE ESTUDOS ESPECIAIS

De acordo com esta Informação, submeto o presente feito à elevada consideração de Vossa Excelência.

Em 21 de setembro de 2023.

RÔMULO MIRANDA ALVIM
Secretário-Geral de Controle Externo Em Exercício